

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Capítulo 1	
NOÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS	25
1.1. Os recursos	25
1.1.1. Conceito de recurso	26
1.1.1.1. Os objetivos dos recursos: reforma, anulação e integração	28
1.1.1.2. Funções dos recursos.....	30
1.1.1.3. Outros meios de impugnação a decisões judiciais: as ações autônomas e os sucedâneos recursais	31
1.1.2. Natureza jurídica dos recursos.....	39
1.1.3. Classificações dos recursos.....	40
1.1.3.1. Recursos totais ou parciais.....	40
1.1.3.2. Recursos de fundamentação livre ou vinculada.....	41
1.1.3.3. Recursos ordinários ou extraordinários	42
1.1.3.4. Recursos independentes ou subordinados. O recurso adesivo	44
1.1.4. Atos sujeitos a recurso	45
1.1.5. Negócios processuais sobre recursos?	50
Capítulo 2	
PRINCÍPIOS DOS RECURSOS.....	55
2.1. Noções gerais	55
2.1.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	56
2.1.2. Princípio da taxatividade	59
2.1.3. Princípio da voluntariedade.....	61
2.1.4. Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	62
2.1.5. Princípio da dialeticidade ou discursividade	66
2.1.6. Princípio da complementaridade	67

2.1.7.	Princípio da singularidade, unirecorribilidade ou unicidade	68
2.1.7.1.	Princípio da singularidade e a impugnação de mais de uma decisão por meio de um só recurso	72
2.1.7.2.	Recurso inexistente e preclusão consumativa	72
2.1.8.	Princípio da fungibilidade	73
2.1.9.	O princípio do aproveitamento dos recursos ou da primazia do mérito recursal	81
Capítulo 3		
JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO		87
3.1.	Noções gerais	87
3.1.1.	Natureza da decisão que realiza juízo de admissibilidade	89
3.1.2.	Requisitos de admissibilidade.....	92
3.1.2.1.	Tempestividade	92
3.1.2.2.	Preparo.....	100
3.1.2.3.	Regularidade formal	108
3.1.2.4.	Cabimento	110
3.1.2.5.	Legitimidade para recorrer	110
3.1.2.6.	Interesse em recorrer	114
3.1.2.7.	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo ao direito de recorrer	120
3.2.	Juízo de mérito.....	122
Capítulo 4		
EFEITOS DOS RECURSOS.....		123
4.1.	Noções gerais	123
4.1.1.	Efeito obstativo ou impeditivo.....	123
4.1.2.	Efeito suspensivo	125
4.1.3.	Efeito devolutivo.....	128
4.1.4.	Efeito translativo	130
4.1.5.	Efeito regressivo	132
4.1.6.	Efeito expansivo	134
4.1.7.	Efeito substitutivo.....	137
Capítulo 5		
HONORÁRIOS RECURSAIS		141
Capítulo 6		
DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS		153
6.1.	Da necessidade de organização de procedimentos perante os tribunais	153
6.2.	Distribuição	154

6.2.1.	Prevenção de relator.....	155
6.3.	O relator.....	157
6.3.1.	Poderes do relator.....	158
6.3.2.	O julgamento monocrático (art. 932, IV e V).....	162
6.4.	Inclusão em pauta.....	165
6.5.	Sessão de julgamento.....	167
6.5.1.	Sustentação oral.....	168
6.5.2.	Questão preliminar no julgamento. Vício sanável. Conversão do julgamento em diligência.....	173
6.5.3.	O pedido de vista.....	176
6.5.4.	Proclamação do resultado. Mudança de voto. Quórum de decisão. O voto vencido.....	178
6.5.5.	Publicação do acórdão.....	181
6.5.6.	Técnica de ampliação de colegiado para julgamento de apelação, agravo de instrumento e ação rescisória.....	182
6.5.6.1.	O fim dos embargos infringentes e sua substituição por uma técnica de ampliação de colegiado.....	182
6.5.6.2.	Cabimento.....	183
6.5.6.3.	Exclusões.....	188
6.5.6.4.	A problemática da dispersão de votos.....	189

PARTE II OS RECURSOS EM ESPÉCIE

Capítulo 7 **APELAÇÃO..... 195**

7.1.	Noções gerais.....	195
7.1.1.	Cabimento.....	195
7.1.1.1.	Apelação em face de decisões interlocutórias.....	198
7.1.2.	Efeitos.....	206
7.1.2.1.	Efeito devolutivo.....	206
7.1.2.2.	Efeito suspensivo.....	212
7.1.3.	Procedimento.....	214
7.1.3.1.	Juízo de admissibilidade.....	214
7.1.3.2.	A teoria da causa madura.....	215

Capítulo 8 **AGRAVO DE INSTRUMENTO..... 221**

8.1.	Cabimento.....	221
8.1.1.	Natureza jurídica do rol do art. 1015.....	223

8.1.2.	Impossibilidade de impugnar decisão que versa sobre instrução probatória por meio do agravo de instrumento	230
8.2.	Efeitos	231
8.3.	A formação do instrumento	232
8.4.	O ônus de comunicar a interposição do agravo	238
8.5.	Procedimento	240

Capítulo 9

AGRAVO INTERNO 243

9.1.	Cabimento	243
9.2.	Procedimento e efeitos	247
9.3.	A multa pelo uso protelatório do agravo interno	249
9.4.	Desnecessidade de impugnação autônoma de todos os capítulos da decisão monocrática	254

Capítulo 10

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 255

10.1.	Natureza jurídica: recurso?	255
10.2.	Cabimento	255
10.3.	Prazo	261
10.4.	Efeitos	262
10.4.1.	Efeito interruptivo no caso dos embargos de declaração intempestivos?	265
10.4.2.	O efeito modificativo dos embargos de declaração	265
10.5.	Competência	269
10.6.	Uso abusivo dos embargos de declaração	270
10.6.1.	A multa por embargos protelatórios	270
10.6.2.	Os embargos de declaração dos embargos de declaração	272

Capítulo 11

RECURSO ORDINÁRIO 273

11.1.	Cabimento	273
11.2.	Admissibilidade e procedimento	278
11.3.	Efeitos	281
11.4.	Descabimento de fungibilidade entre recurso ordinário e recurso especial	282

Capítulo 12

RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 285

12.1.	O gênero dos recursos extraordinários	285
12.2.	Cabimento	286

12.2.1.	Cabimento do recurso extraordinário.....	287
12.2.2.	Cabimento do recurso especial	296
12.2.2.1.	(Im)possibilidade de impugnar acórdão que inadmite a instauração do IRDR.....	304
12.2.2.2.	Interposição de RE e REsp em face de acórdão em IRDR.....	304
12.2.3.	Recurso especial e extraordinário adesivo	306
12.3.	Características comuns aos recursos especial e extraordinário	307
12.3.1.	Efeito devolutivo restrito.....	307
12.3.2.	Necessidade de esgotamento das instâncias ordinárias.....	314
12.3.2.1.	Decisão de tutela provisória e recursos excepcionais	315
12.3.3.	Necessidade de interposição simultânea do recurso especial e do recurso extraordinário.....	316
12.3.4.	Duplo juízo de admissibilidade	318
12.3.5.	Críticas ao duplo juízo de admissibilidade	320
12.3.6.	Fungibilidade	321
12.3.7.	Prequestionamento	323
12.3.8.	Prequestionamento e os fundamentos das razões de apelação desprezados no acórdão que deu integral provimento ao recurso	327
12.4.	Repercussão geral.....	328
12.4.1.	Espécies.....	328
12.4.2.	Competência para apreciação da repercussão geral.....	331
12.4.3.	Aspectos procedimentais	332
12.5.	A relevância da questão de direito federal infraconstitucional no recurso especial.....	334
12.5.1.	Os filtros de acesso aos recursos excepcionais	334
12.5.2.	Antecedentes históricos e criação da relevância pela Emenda Constitucional nº 125/2022	335
12.5.3.	Regulamentação pela Lei nº 15.484/2026 e direito intertemporal.....	336
12.5.4.	Conceito, natureza e função da relevância.....	337
12.5.5.	Relevância presumida	338
12.5.6.	Relevância por importância da questão e transcendência	339
12.5.7.	Tópico específico, fundamentação e pluralidade de questões.....	340
12.5.8.	Competência, órgão julgador, quórum e irrecorribilidade.....	341
12.5.9.	Participação de terceiros, suspensão nacional e sessão de julgamento.....	342
12.5.10.	Eficácia das decisões e formação do precedente.....	343
12.5.11.	Cabimento de reclamação e meios de impugnação em face do acórdão que aplica o entendimento firmado	344
12.5.12.	Relevância, recursos repetitivos e repercussão geral	346
12.5.13.	Impacto esperado e condições de legitimidade	347

12.6. Técnica de julgamento de recursos repetitivos	348
12.6.1. Possibilidade de o recurso especial ser julgado a despeito de a questão estar aguardando julgamento sob a sistemática da repercussão geral no âmbito do STF.....	353
12.6.2. Momento em que cessa a suspensão dos processos determinada pelo relator no âmbito do IRDR após a interposição de recurso especial ou extraordinário	354
12.6.3. Eficácia vinculante do julgamento de recurso representativo.....	354
12.6.3.1. Comunicação ao Senado Federal da declaração de inconstitucionalidade em sede de recurso extraordinário, para fins de suspensão da execução da lei declarada inconstitucional	357

Capítulo 13

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO..... 359

13.1. Cabimento	359
13.2. Procedimento e efeitos	362

Capítulo 14

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA 369

14.1. Cabimento	369
14.2. Efeitos	376

PARTE III OUTROS MEIOS DE REVISÃO DE DECISÕES

Capítulo 15

AÇÃO RESCISÓRIA 381

15.1. As ações autônomas de impugnação a decisões. Conceito de ação rescisória ..	381
15.2. Requisitos.....	382
15.2.1. Atos passíveis de rescisória	382
15.2.2. Trânsito em julgado	388
15.2.3. Observância do prazo para propositura.....	388
15.2.3.1. Regras especiais quanto ao prazo da rescisória.....	392
15.2.3.2. Termo inicial do prazo de ajuizamento de ação rescisória quando há insurgência recursal da parte contra a inadmissão de seu recurso	396
15.2.3.3. Impacto da renúncia ou desistência do recurso que enseja o trânsito em julgado e o termo inicial da rescisória	397
15.2.4. Observância de alguma das hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	398
15.2.4.1. Ação rescisória como sucedâneo de embargos de declaração?	410

15.2.4.2. Ação rescisória em face de decisão de suspensão de liminar.....	410
15.3. Juízo de admissibilidade e de mérito	411
15.4. Legitimidade.....	414
15.4.1. Legitimidade ativa.....	414
15.4.2. Legitimidade passiva.....	416
15.4.2.1. Ilegitimidade passiva do autor da ação originária em sede de rescisória que se discute verba honorária sucumbencial	416
15.5. Competência	417
15.6. Procedimento da ação rescisória.....	421
15.6.1. Limites do julgamento do recurso especial em face de acórdão em ação rescisória.....	425
15.7. Distinguindo a ação rescisória e a ação anulatória (art. 966, § 4.º, CPC).....	425
15.8. Diferenciando a ação rescisória e a <i>querela nullitatis</i>	427
15.8.1. Características essenciais.....	429
Capítulo 16	
REMESSA NECESSÁRIA.....	433
16.1. Natureza jurídica e constitucionalidade.....	433
16.2. Cabimento	436
16.3. Procedimento e recursos da decisão do reexame	444
Capítulo 17	
RECLAMAÇÃO	449
17.1. Histórico e fundamentos.....	449
17.2. Conceito, natureza jurídica e finalidade	450
17.3. Cabimento	454
17.3.1. Reclamação da reclamação?.....	459
17.3.2. Reclamação e decisão transitada em julgado	459
17.3.3. Necessidade de interposição de recurso em face da decisão objeto de reclamação?.....	460
17.3.4. Cabe reclamação contra decisão de Juizado Especial que contraria entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça?	461
17.3.5. A reclamação pode ser utilizada como instrumento para a distinção de precedente ou sua interpretação?	466
17.3.6. Reclamação e súmula vinculante.....	469
17.3.7. Reclamação e controle concentrado de constitucionalidade	472
17.3.7.1. Reclamação, ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de inconstitucionalidade (ADC)	472
17.3.7.2. Reclamação e arguição de descumprimento de preceito fundamental	476

17.4. Legitimidade.....	477
17.5. Tribunais que podem ter sua decisão passível de reclamação.....	481
17.6. Aspectos formais e procedimentais	482
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	491